

Justiça em

Edição 75
Ano XIV - fevereiro - 2020



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

TODOS JUNTOS

**A inovação chega ao
ambiente de trabalho**

NESTA EDIÇÃO

**Memória Institucional
Comunicação e Transparência
Polo Regional V
Usinas Fotovoltaicas
Gastronomia Molecular
Cultura e Eventos**

A INOVAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO PAULO

Os últimos dois anos foram marcados por desafios e pelo trabalho dedicado de juízes, servidores e colaboradores que trouxe como resultado uma série de melhorias e avanços na Seção Judiciária de São Paulo (SJSP). A continuidade dos projetos iniciados na gestão anterior e a disseminação da cultura da inovação foram fundamentais para o alcance dos objetivos e para o fortalecimento do Programa de Gestão e Inovação da JFSP (iNovaJusp).

O Laboratório de Inovação (iJusplab) consolidou-se como um espaço gerador de conhecimento e trabalho colaborativo, tornando-se referência nacional na administração pública. Por meio de metodologias inovadoras, foi possível encontrar a solução de problemas complexos e desenvolver projetos importantes com foco no usuário. Outro diferencial foi o fato de que o Laboratório passou a incorporar atividades ligadas à inovação tecnológica e à gestão de dados.

Em relação aos desafios, a grave crise orçamentária no último biênio exigiu esforços adicionais de todos para a continuidade da prestação jurisdicional, provocando mudanças na cultura de contratação, economia de gastos e melhoria da gestão orçamentária, com destaque para o Planejamento Estratégico Situacional, a Gestão por Processos de Trabalho e o Orçamento-Programa Participativo.

Esta matéria apresenta um resumo das principais realizações na Seção Judiciária nos últimos dois anos.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS

Com o apoio institucional e financeiro do CNJ, o TRF3 e a SJSP iniciaram em 2018 uma grande ação para digitalizar cerca de 21 milhões de páginas

de processos cíveis e previdenciários e a inserção desses arquivos no PJe. Já em março de 2019 foi lançado no TRF3 o projeto “PJe Criminal”, expandindo o Processo Judicial Eletrônico às ações de natureza criminal em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em julho, uma nova etapa da virtualização na SJSP abrangeu, além das ações cíveis e previdenciárias, uma parcela das execuções fiscais, com o objetivo de digitalizar 80 mil processos que representam 24 milhões de páginas. No TRF3, a meta foi incluir cerca de 90 mil processos no PJe, somando 160 mil volumes e um total de 36 milhões de imagens. O projeto “TRF3 100% PJe” também criou condições para implementação do Programa e-Vara



PROGRAMA E-VARA

Idealizado no iJusplab no final de 2017, o Programa e-Vara foi instituído pela presidência do TRF3 em outubro de 2019, após ter sido revisado e amplamente debatido na Seção Judiciária de São Paulo em reuniões presenciais e por videoconferência. A partir de então,



a Diretoria do Foro concentrou esforços na implementação do projeto-piloto na Subseção de Santos. A inauguração da Central de Processamento Eletrônico de Santos ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2020.

MODERNIZAÇÃO DO TRABALHO

Em março de 2018, foi criada uma Comissão de Modernização com o objetivo de aperfeiçoar as ferramentas de trabalho da Administração e profissionalizar o modo de tratamento dos dados na instituição. Como fruto do trabalho da Comissão, foram criadas a Incubadora de Soluções Tecnológicas e a Equipe de Gestão de Dados, ambas vinculadas ao iJusplab, e que foram responsáveis pela criação de diversas ferramentas, sistemas e projetos, alguns deles inclusive premiados.



RELATÓRIOS GERENCIAIS

A equipe de Gestão de Dados iniciou um projeto para reunir informações, antes armazenadas de forma fragmentada, para um banco de dados único. A ideia foi tornar essas informações disponíveis, em tempo real, aos gestores para terem uma visão geral da Administração e das Subseções Judiciárias, auxiliando na tomada de decisões estratégicas. Hoje é possível ter acesso a uma série de relatórios na intranet, com informações sobre o consumo de água e

energia elétrica dos fóruns, controle de contratações, digitalização de processos, perfil dos servidores etc.

CLISP

Em julho de 2018 foi instituído o Centro Local de Inteligência da Justiça Federal de São Paulo. O objetivo do Clisp é prevenir e monitorar demandas, propondo mudanças de procedimentos com foco na prevenção para que as pessoas consigam o serviço necessário, sem ter que recorrer ao Judiciário.



PROJETOS NO IJUSPLAB

No último biênio diversos projetos, oficinas, cursos e eventos foram promovidos no Laboratório utilizando as metodologias colaborativas e a cocriação. Entre eles, destacam-se:

- LIODS – O iJusLab sediou os encontros sobre a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da agenda 2030 da ONU, no planejamento estratégico do Poder Judiciário. Os temas “execução fiscal” e “medicamentos” foram discutidos durante os encontros que integram o movimento LIODS - Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Conselho Nacional de Justiça.
- MOI - No segundo semestre de 2018 teve início o Mapeamento de Oportunidades de Inovação (MOI). O projeto buscou identificar necessidades e desafios em diversas áreas na SJSP que pudessem ser trabalhados no Laboratório a fim de desenvolver soluções criativas. Quatro

desses desafios passaram a ser trabalhados no Laboratório, com posterior criação de protótipos.



- CONTADORIAS - Em maio de 2019 aconteceu uma oficina de Design Thinking a fim de buscar soluções para o acúmulo de processos nas contadorias judiciais. Duas equipes multidisciplinares, formadas por juízes, contadores e servidores, desenvolveram os primeiros protótipos das soluções encontradas.

UCIN

A Diretoria do Foro criou a Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação – UCIN. A proposta da área é formar equipes multidisciplinares e fomentar a troca de conhecimento, auxiliando na busca por soluções que propiciem um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais para o alcance de resultados no serviço público. A área também tem como foco principal disseminar a cultura da inovação entre todos os magistrados e servidores.



FESTIVAL JUST PITCH

Em comemoração aos dois anos de criação do iJusLab, foi realizado em setembro de 2019 o primeiro Festival de Inovação Aberta da JFSP, que aconteceu

na sede da FIESP e contou com apresentações de projetos de startups para aprimorar a prestação dos serviços. No encerramento do evento, foi lançado o livro “Inovação no Judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro Laboratório de Inovação do Poder Judiciário”.



REPRESENTATIVIDADE FEMININA

Igualdade de gênero, assédio, papel da mulher no Judiciário e a representatividade feminina foram temas de diversos eventos e debates. Destacam-se a exibição do filme “Chega de Fiu Fiu”, a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no TRF3, o projeto “Descobrimos a Magistratura Federal” desenvolvido no iJusLab, workshop sobre importunação sexual, entre outros.



SEEU

Em uma parceria bem-sucedida com o CNJ e o TRF3, foi totalmente implantado na Seção Judiciária de São Paulo o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo o território nacional. A Justiça Federal da 3ª Região tornou-se a primeira das cinco regiões do país a alcançar 100% de implantação do sistema.

SUSTENTABILIDADE

Mantendo o seu compromisso com a sustentabilidade, a JFSP assinou o Termo de Adesão ao programa de responsabilidade ambiental A3P “Agenda Ambiental na Administração Pública”, do Ministério do Meio Ambiente. O programa consiste na principal iniciativa do Governo Federal para inserção dos princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades do poder público. O Termo de Adesão vigora pelo prazo de cinco anos, a partir da data da assinatura.

Outro destaque foi a criação da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (SUSR) que, dentre outras ações, promoveu cursos, oficinas e atividades sobre práticas sustentáveis e campanhas de incentivo à reciclagem e redução do descarte de plástico.

SEGURANÇA

Nos últimos dois anos, diversos investimentos foram feitos na área de segurança, como a capacitação dos agentes, aquisição de scanners de bagagem, detectores de metais e dispositivos elétricos incapacitantes (arma de choque não letal). Além disso, a Diretoria do Foro publicou o Comunicado nº 11/2019, que estabeleceu procedimentos adicionais de segurança a serem observados em todas as unidades da Seção Judiciária de São Paulo.

AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS

A fim de diminuir os gastos com aluguéis e reduzir o impacto no orçamento, a Justiça Federal concluiu os processos de compra do novo prédio em Mauá, bem como do imóvel que abriga o Fórum de Santo André. A economia anual de aluguel com as duas aquisições pode chegar a quase R\$ 2,5 milhões. No caso de Santo André, a compra foi realizada por meio da destinação de crédito especial, autorizado pelo Congresso,

para a Justiça Federal. A aprovação teve grande empenho de representantes da AJUFE e da Diretoria do Foro junto aos parlamentares.



AÇÕES PARA REDUZIR DESPESAS

Além das aquisições de imóveis, a Administração trabalhou com a unificação dos prédios em Campinas (economia anual em torno de R\$ 2,6 milhões), renegociação de contratos de aluguel e pedidos de permutas de bens privados por terrenos da União. Também foram adotadas medidas para promoção de economia de recursos nas áreas de transporte, impressão, correios, serviço terceirizado, água e energia elétrica, com destaque para a redução de horário do funcionamento dos Fóruns, troca das lâmpadas dos prédios por lâmpadas LED e a construção de usinas fotovoltaicas (leia a matéria completa na página 12).

PROGRAMA DE ESTÁGIO

Com a melhoria da gestão orçamentária e mudança na cultura da contratação, foi possível retornar com o programa de estágio na Seção Judiciária de São Paulo. De acordo com o último balanço, houve a contratação de 829 candidatos para todo o Estado, envolvendo estudantes de nível superior e médio.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

A JFSP promoveu diversas ações de incentivo à Justiça Restaurativa. Foram realizados cursos para apresentação do tema e a capacitação de magistrados, servidores e facilitadores sobre o assunto. A

prática tem se expandido pelo Judiciário brasileiro e segue as diretrizes da Resolução nº 225/2016 do CNJ. No final de 2019, a Diretoria do Foro assinou a portaria que instituiu o Centro de Justiça Restaurativa da Seção Judiciária de São Paulo, estabelecendo parâmetros para a implementação e difusão da prática.



MEMÓRIA

Aconteceu em janeiro deste ano a cerimônia que formalizou o acordo entre o TRF3 e as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O acordo busca promover a organização e análise científica do acervo arquivístico de guarda permanente da 3ª Região, além da criação do Laboratório de Pesquisa Filológica (FILOJUS) e do Centro de Memória da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (leia a matéria completa na página 3).

Embora muito já tenha sido feito, o trabalho na maior Seção Judiciária do país deverá prosseguir por meio do empenho de todos. As perspectivas para o futuro são promissoras e envolvem desde a consolidação do que já está dando certo com o programa de Gestão e Inovação até a superação dos desafios orçamentários; adaptação às novas rotinas de trabalho; avanços na área de inovação aberta; e aplicação de novas tecnologias, como a inteligência artificial e Big Data para aprimorar ainda mais a prestação dos serviços na Justiça Federal de São Paulo. ■